

O sentido da formação universitária em tempos de desemprego estrutural em um curso de licenciatura

El sentido de la formación universitaria en tiempos de desempleo estructural en un curso de licenciatura

Raimundo Sérgio de Farias Júnior
Maria Darlene Trindade Correia
Leonardo Gonçalves de Alvarenga
Universidade do Estado do Pará (UEPA)
Belém-Pará-Brasil

Resumo

A atual crise estrutural do capital tem profunda relação com a precarização das condições de trabalho. Considerando o tempo presente das dinâmicas contraditórias da sociedade capitalista, questionamos: qual o sentido da formação acadêmica em tempos de desemprego estrutural? O objetivo da investigação é analisar como os discentes de licenciatura plena em pedagogia interpretam o sentido da formação universitária em um contexto de desemprego estrutural. A pesquisa tem duas etapas: a primeira é de estudos bibliográficos. A segunda é de uma pesquisa empírica realizada em dois momentos: entrevista semiestruturada e posteriormente o uso do Grupo Focal. Os resultados sinalizam que o cenário não aponta para algo promissor. Se as políticas públicas educacionais não engendram rigorosos mecanismos de valorização da carreira docente dificilmente ser professor se tornará uma profissão atrativa na presente conjuntura.

Palavras-chave: Formação Universitária; Desemprego estrutural; Capitalismo

Resumen

La actual crisis estructural del capital está profundamente relacionada con la precariedad de las condiciones de trabajo. Teniendo en cuenta la actual dinámica contradictoria de la sociedad capitalista, nos preguntamos: ¿qué sentido tiene la formación académica en tiempos de desempleo estructural? El objetivo de la investigación es analizar cómo los estudiantes que cursan una licenciatura completa en pedagogía interpretan el significado de la formación universitaria en un contexto de desempleo estructural. La investigación consta de dos etapas: la primera es un estudio bibliográfico. La segunda es un estudio empírico realizado en dos etapas: una entrevista semiestruturada y, a continuación, la utilización de grupos focales. Los resultados muestran que el escenario no es prometedor. Si las políticas públicas de educación no diseñan mecanismos rigurosos para valorar la carrera docente, será difícil que ser profesor sea una profesión atractiva en el clima actual.

Palabras clave: Enseñanza universitaria; Desempleo estructural; Capitalismo

Introdução

A década de 1970 nos colocou diante de uma terrível crise estrutural do sistema capitalista e que ensejou a reestruturação produtiva das economias de mercado, o que predisps um crescente processo de intensificação e exploração da força de trabalho, além da flexibilização e a precarização dela.

A presente reestruturação produtiva operou grandes modificações na produção, na distribuição e no consumo de mercadorias. Assim, embora a atual crise estrutural do sistema capitalista tenha iniciado na década de 1970, até hoje sentimos seus efeitos, como o crescimento absurdo do desemprego e a crescente precarização das condições de trabalho.

Para os setores interessados em fortalecer a dominação de classe, emerge o cenário ideal para o desmonte da legislação trabalhista. Trata-se de uma eficiente estratégia que visa aumentar ainda mais os mecanismos de exploração do trabalho e o que implica em destruir os direitos sociais da população.

Considerando o tempo presente das dinâmicas contraditórias da sociedade capitalista, questionamos: qual o sentido da formação acadêmica em tempos de desemprego estrutural? Ou mais especificamente: qual a percepção de alunos e alunas de licenciatura sobre o sentido da formação universitária em suas vidas? Tendo em vista essas questões norteadoras apresentamos como objetivo da presente investigação: analisar como os alunos e alunas de licenciatura interpretam o sentido da formação universitária em um contexto de desemprego estrutural.

Levando em conta o que foi expresso no objetivo desse artigo, essa pesquisa se configura no campo da investigação qualitativa, pois procurou construir uma profunda compreensão dos fenômenos investigados e destacando a importância da subjetividade inerente ao processo de interpretação da realidade. Assim, buscou-se imergir na interpretação do objeto de investigação, mas considerando o contexto social, cultural e individual onde o estudo se desenvolveu.

Dessa forma, a investigação ocorreu em duas etapas que se complementam. Primeiramente efetivamos uma pesquisa bibliográfica que se deu por meio de um levantamento bibliográfico considerando os últimos dez anos sobre as palavras-chave correspondentes a esse artigo e posterior seleção, leitura e sistematização analítica do material selecionado que serviram de base para a escrita da parte teórica subjacente a essa pesquisa, bem como a análise de dados efetivada. Para análise inicial foram utilizados autores

clássicos como Antunes (2018), Mészáros (2008) entre outros autores que embora divirjam no campo analítico nos auxiliaram a interpretar questões específicas do objeto de investigação desse artigo, como Nóvoa (2017) e Giroux (2010).

Em seguida, na segunda etapa, realizamos uma pesquisa empírica cujos sujeitos foram alunos do curso de licenciatura plena em pedagogia da Universidade do Estado do Pará. O instrumento de coleta de dados foi a entrevista semiestruturada e o grupo focal, onde reunimos com o grupo de participantes da pesquisa empírica para a discussão da temática central dessa investigação. Visando delimitar a amostra, adotamos os seguintes critérios: a) que fossem alunos concluintes no ano de 2024 e b) que não apresentassem reprovações no histórico. Visando a diversificação dos informantes dividimos os selecionados em dois grupos: 1) que tivessem recebido alguma modalidade de bolsa acadêmica durante a graduação e 2) que não tivesse recebido algum tipo de bolsa durante a graduação.

Após a coleta de dados, iniciamos a análise, cujo escopo foi compreender e interpretar o que estava implícito ou explícito no conjunto de depoimentos dos alunos e alunas entrevistadas. Desse modo, procuramos inicialmente identificar as categorias de análise para posteriormente efetuarmos a codificação, a categorização e as inferências subjacentes ao conjunto do material coletado. Objetivando conferir um satisfatório grau de credibilidade a pesquisa aqui desenvolvida e procurando tornar os resultados confiáveis, adotamos como técnica de validação a triangulação que, conforme Creswell (2014), ao comparar e cruzar informações, busca edificar uma visão mais completa do fenômeno em estudo, ao empregar o uso de diferentes fontes de coleta de dados.

Notas sobre as mudanças no mundo do trabalho

Em conformidade com Harvey (1992), testemunhamos uma profunda transformação político-econômica no capitalismo no final do século XX. Podemos ilustrar que desde a década de 1970 o mundo do capital passa por um intenso processo de mudanças que vem afetando sua base produtiva e com implicações no mundo do trabalho e com diversas consequências negativas para o conjunto da classe trabalhadora. Dentre as consequências negativas podemos destacar o amargo contexto que impôs aos trabalhadores e trabalhadoras do mundo capitalista o desmonte da legislação trabalhista, o que acarretou agudos processos de desproteção e vulnerabilidade social.

Nessa direção, verificamos que os modelos de organização da produção industrial (taylorismo, fordismo e toyotismo) passaram por transformações tendo como obstinação a potencialização da eficiência, a maximização do lucro e da produtividade, bem como o aumento da extração da mais valia, especialmente a relativa (Harvey, 1992).

Para Antunes (2014), desde os anos de 1990 estamos vivenciando um processo que configurou uma nova morfologia do trabalho, consequência da reestruturação produtiva da economia capitalista. O referido autor, refletindo sobre as transformações ocorridas no mundo do trabalho assevera que:

As transformações ocorridas no capitalismo recente no Brasil, particularmente na década de 1990, foram de grande intensidade, impulsionadas pela nova divisão internacional do trabalho e pelas formulações definidas pelo Consenso de Washington e desencadearam uma onda enorme de desregulamentações nas mais distintas esferas do mundo do trabalho. Houve também um conjunto de transformações no plano da organização sociotécnica da produção, presenciando-se, ainda, um processo de reterritorialização e mesmo de desterritorialização da produção, entre tantas outras consequências da reestruturação produtiva e do redesenho da divisão internacional do trabalho e do capital (Antunes, 2014, p. 12).

Ainda seguindo as análises de Antunes (2014), concordamos quando ele destaca que o presente cenário revela “[...] a erosão do trabalho contratado e regulamentado, dominante no século XX e vendo sua substituição pelas diversas formas de ‘empreendedorismo’, ‘cooperativismo’, ‘trabalho voluntário’, etc.” (Antunes, 2014, p. 24).

Presentemente, o conjunto de mudanças estruturais ensejaram uma nova morfologia do trabalho (mas que não reduziram seu potencial explicativo), que em grande medida predispôs o advento de um brutal processo de intensificação da exploração da força de trabalho. Antunes (2018), refletindo sobre o novo proletariado de serviços na era digital, entende que estamos em direção a um processo de precarização estrutural do trabalho que possibilitou a emergência de novas configurações com o infoproletariado (grupo de trabalhadores do setor informacional e das telecomunicações na contemporaneidade que desenvolvem práticas laborais cada vez mais repetitivas, alienantes, intensas e em condições cada vez mais precárias).

O infoproletariado constitui um conjunto de trabalhadores que para realizar atividades relativas ao exercício de seu labor estabelece uma relação de profunda dependência com os hodiernos artefatos digitais atualmente disponíveis (como os operadores de telemarketing, motoristas de aplicativos etc.).

Pochmann (2020), analisando as tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil, verifica que em nosso país houve uma transição antecipada para a sociedade de serviços, que mantém uma relação direta com a primazia de um massivo desemprego aberto, “[...] a ampliação da subutilização da força de trabalho e a generalização da precarização nas ocupações em função da ausência de crescimento econômico e do retorno das reformas neoliberais” (Pochmann, 2020, p. 89). Ainda segundo Pochmann (2020), no Brasil estamos vivenciando uma nova configuração do mundo do trabalho e que está em curso nesse começo de século XXI e que é produto dessa antecipada e incompleta passagem da sociedade urbana e industrial para a de serviços (que é hegemônica na sociedade brasileira). Para Pochmann (2020, p. 90):

Decorrente do precoce processo de desindustrialização que acompanha o país desde a inserção passiva e subordinada desencadeada na década de 1990 por governos neoliberais, o funcionamento do mercado de trabalho tem convergido para a generalização de condições extremamente regressivas associadas ao relativo declínio de ocupações intermediárias e generalização do emprego na base da pirâmide social, o que favorece o aprofundamento da polarização social.

Partimos do pressuposto, em consonância com Antunes (2018), que a atual fase da metamorfose do trabalho é resultado do presente estágio de desenvolvimento do aparato técnico-científico e que fez emergir um novo tipo de trabalhador cada vez mais servil e precarizado. Essa tendência que se apresenta em nosso horizonte histórico aponta que a utilização das tecnologias informacionais-digitais confabula para tornar o trabalhador cada vez mais refém de um acentuado processo de exploração da classe que vive do trabalho. Antunes (2018, p. 34) ainda adverte:

[...] se essa lógica não for obstada, os novos proletários dos serviços se encontrarão entre uma realidade triste e outra trágica: oscilação entre o desemprego completo e, na melhor das hipóteses a disponibilidade para tentar obter o privilégio da servidão.

Essa dura dialética apontada por Antunes (2018) imposta aos novos proletários dos serviços vem sendo a tônica de um capitalismo cada vez mais funesto com aqueles que vivem do trabalho. O resultado mais sinistro é o aumento das desigualdades sociais, uma vez que não apenas os trabalhos são precários, mas também os salários passam por um crescente processo de aviltamento em face a concentração de renda.

Esse cenário aflora uma nova classe trabalhadora e cristaliza uma triste e trágica dialética: o desemprego completo ou o privilégio da servidão? Ainda que possamos considerar a presença de um *ethos* cada vez mais heterogêneo e fragmentado daqueles que

O sentido da formação universitária em tempos de desemprego estrutural em um curso de licenciatura.

vivem do trabalho, as condições de opressão e exploração da mais valia (especialmente a relativa) seguem ditando a racionalidade neoliberal do tempo presente.

Para Mészáros (2008) a acumulação capitalista é estruturalmente muito perversa e incorrigivelmente inviável. No entanto, consegue criar obstáculos que evitem a supressão radical da conflitualidade/adversidade destrutiva de suas contradições. Em conformidade com Mészáros (2008, p.29) entendemos que:

A dificuldade insuperável a esse respeito é que o sistema do capital, como um modo de controle reprodutivo societário, deve seguir a qualquer custo sua própria lógica, correspondente a suas determinações estruturais objetivas. A direção auto expansiva do capital não pode refrear a si mesma em virtude de alguma consideração humana, simplesmente porque essa consideração pareceria moralmente mais palatável, como a auto mitologia do “capitalismo caridoso” e do “capitalismo popular” gostaria de nos fazer acreditar. Ao contrário, a lógica do capital é caracterizada pela destrutividade auto vantajosa, uma vez que tudo que se encontra no caminho do cruel impulso expansivo do sistema deve ser naturalmente varrido ou esmagado, se preciso. De outro modo, o avanço auto expansivo do capital seria rapidamente interrompido, e em pouco tempo o capital, como modo de controle sociometabólico, acabaria por implodir.

Assim, os desafios do tempo histórico nos permitem perceber, conforme Chesnais (2011), que o movimento do capital segue uma racionalidade que visa garantir a sua preservação a qualquer custo tendo em vista afiançar a dominação social em proveito de burguesias oligárquicas e oligarquias burocrático-capitalistas.

A dominação do capital se consubstancia no aumento da precarização do trabalho e das condições de vida da imensa maioria da população. Para a preservação da hegemonia das burguesias oligárquicas e oligarquias burocrático-capitalistas é imprescindível elevar o patamar da precarização, o que implica, conforme Antunes (2018), a redução de direitos trabalhistas, a insegurança no emprego e a intensificação da exploração do trabalho.

Para Antunes (2022) estamos na fase do capitalismo virótico, uma vez que esse sistema (tal qual numa pandemia) se aproveita da situação de crise para intensificar a exploração do trabalho mediante a combinação da destruição ambiental com a degradação das condições de vidas (des) humanas.

Particularmente no Brasil, em 2017, tivemos a aprovação da Reforma Trabalhista do governo Michel Temer, mediante a lei n. 13.467/2017 (Brasil, 2017). A referida reforma, através de um conjunto de alterações legislativas que modificaram a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no Brasil, representou uma acentuada redução de direitos trabalhistas. Nas palavras de Clementino, Araújo e Miotto (2024, p.11):

Nesse contexto, a flexibilização e a desregulamentação da legislação trabalhista apresentaram-se novamente como “solução” para a recuperação do crescimento econômico e da geração de empregos. Novamente, defendeu-se que os vilões da crise do mercado de trabalho eram os elevados encargos sociais e a rigidez excessiva da legislação trabalhista. A materialização desse discurso se deu com a Reforma Trabalhista imposta pela lei n. 13.467/2017, que alterou significativamente as condições sob as quais se estruturam as relações entre empregadores e empregados, buscando enfraquecer a proteção ao trabalho no Brasil (p. 11)

A solução, via a flexibilização e a desregulamentação da legislação trabalhista, resultou no aumento da desproteção social dos que vivem do trabalho. A redução dos encargos trabalhistas só favoreceu a ampliação da mais valia para os exploradores e precarização da existência para os que têm o trabalho explorado. Esse quadro sinóptico referente as mudanças no mundo do trabalho, retrata uma íntima e dialética relação com a educação universitária em voga e que cada vez mais vem se afastando de uma sólida formação acadêmica e assim subtraindo a importância e o sentido da titulação acadêmica na vida das pessoas. É o que será analisado no próximo subitem desse artigo.

A formação universitária em tempos de mudanças no mundo do trabalho

Podemos inicialmente partir de uma reflexão que Sguissardi (2008) efetiva ao analisar a racionalidade subjacente ao modelo de expansão da educação superior adotado pelo Brasil em que tendencialmente prevaleceu os interesses privado/mercantis e que em grande parte comprometeu a formação universitária.

A continuidade das mudanças ocorridas no mundo do trabalho capitalista repercutiu também na formação universitária. Iniciemos por considerar que a educação escolar, segundo a LDB (Brasil, 1996) aponta como uma das maiores finalidades da educação formal é preparar para o mundo do trabalho (inclusive a educação superior).

Podemos dizer que o conjunto de reformas pelas quais passou o Estado brasileiro, especialmente as consolidadas na década de 1900, moldaram uma nova face da educação superior no Brasil (Silva Júnior e Sguissardi, 2001). Nessa linha, essas reformas, ao acompanharem a racionalidade intrínseca a expansão do capital, possibilitaram o desenvolvimento do caráter mercantil do campo educacional e que se dá em conformidade com o processo de liberalização da economia, seguindo os postulados dos organismos multilaterais, como o Banco Mundial (Silva Júnior e Sguissardi, 2001).

O Banco Mundial (1995), aliás, formulou um importante documento na década de 1990 “*La enseñanza superior - Las lecciones derivadas de la experiencia*” que expôs sua visão de

O sentido da formação universitária em tempos de desemprego estrutural em um curso de licenciatura.
educação superior. O supracitado documento (e não unicamente ele) exerceu grande influência na formulação de políticas educativas para a educação superior na América Latina.

La enseñanza superior (Banco Mundial, 1995) recomenda aos países da América Latina a redução da oferta do ensino superior público, isto é, sua mercantilização e privatização. No mesmo documento aconselha também que a educação superior deva se concentrar em promover um sistema eficiente em consonância com as necessidades econômicas e alinhado com o mercado de trabalho.

Reconhecendo a influência de “*La enseñanza superior*” na construção de um novo *ethos* para a educação superior na América Latina, percebemos, em concordância com Sguissardi (2004) o despontamento de um modelo de universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva, orientada para atender os desígnios do mercado e em perfeita sintonia com os aportes da racionalidade neoliberal. Estava em marcha o lúgubre processo que decretaria a falência de um antigo modelo de formação universitária e que exigiu que:

[...] cada universidade redefina sua identidade e redimensione sua missão, para que, na lógica da diversidade e da diferenciação institucional, possa assumir outras competências que não as tradicionalmente assumidas e, assim, responder às novas demandas e exigências do setor produtivo e do mercado de trabalho. (Lückmann, 2007, p. 48).

Desse modo, gradativamente, o modelo de educação superior humboldtiano (com ênfase no ensino, pesquisa, extensão e focado no desenvolvimento do pensar crítico) vai cedendo espaço para o modelo neoprofissional, heterônomo e competitivo (mais interessado em atender as exigências do mercado de trabalho, bem como em desenvolver características práticas que o exercício de cada profissão requer).

O modelo humboldtiano, concebido no contexto histórico e sociocultural europeu do início do século XIX (e isso não significa reproduzir a lógica da subalternização arraigada na tradição eurocêntrica), vem sucumbindo diante modelo neoprofissional, heterônomo e competitivo. Não que o arquétipo clássico de formação universitária humboldtiano estivesse isento de críticas. No entanto, o afloramento do protótipo neoprofissional, heterônomo e competitivo, além de acabrunhar o modelo anterior, se assenta na ênfase no ensino e no enfraquecimento da extensão e especialmente da pesquisa.

Assim, podemos inferir que a expansão do modelo neoprofissional, heterônomo e competitivo encontra campo fértil para seu crescimento no aumento da oferta e procura por cursos de educação à distância (EAD). Segundo o Censo da Educação Superior 2023 (Brasil, 2024) a oferta de cursos EAD cresceu 700% nos últimos 10 anos.

Se outrora, havia uma predominância de oferta e procura por cursos presenciais, atualmente é um equilíbrio, pois, de acordo o Censo da Educação Superior 2023 (Brasil, 2024) registramos aproximadamente 4,9 milhões de alunos matriculados na EAD no nível superior e 5,06 milhões de matrículas no formato presencial.

O Censo da Educação Superior de 2023 (Brasil, 2024) aponta ainda que a rede privada foi responsável pela oferta de 95,9% das vagas em cursos de graduação no Brasil no referido ano. Essa prevalência da oferta de vagas na rede privada sobre a rede pública é resultado da opção política das sucessivas gestões governamentais que se alternam no poder presidencial da nossa república desde a década de 1990. Sem esquecer, contudo, que a reforma universitária de 1968, empreendida durante a ditadura militar, inaugurou um propício panorama para a expansão do ensino superior privado no Brasil (Martins, 2009).

Inferimos, tendo em vista as informações apresentadas pelo referido Censo, que o crescimento exponencial da oferta de vagas na rede privada e da modalidade EAD nos últimos 30 anos calcaram os alicerces de um modelo de formação universitária desinteressada de uma sólida formação acadêmica.

Percebemos, desse modo, que a mudança do *ethos* da formação universitária ensejou o desenvolvimento de uma titulação acadêmica que procura se aportar estritamente na vinculação com o mundo do trabalho e reduzindo a importância de outros aspectos relativos à educação superior. Assim, vem se abdicando da proeminência da extensão e da pesquisa na formação das pessoas.

Considerando os aspectos salientados, é importante analisar a questão da empregabilidade da população universitária no Brasil. Segundo a empresa de Consultoria Geofusion (2024) apenas uma em cada dez pessoas formadas ocupa vaga equivalente à sua formação universitária. Ademais, além de não absorver um expressivo contingente da população formada em nossas IES (Instituições de Ensino Superior), os universitários quando conseguem sua empregabilidade ela se dá em ocupações laborais que exigem apenas o ensino médio.

Podemos ligeiramente asseverar que o desemprego atinge duramente os mais pobres e que já frequentam círculos de pobreza há gerações, sem negligenciar outras variáveis que dificultam ainda mais a empregabilidade (como ser negro, não se enquadrar na

O sentido da formação universitária em tempos de desemprego estrutural em um curso de licenciatura.

heteronormatividade, mulher, portador de alguma deficiência, por exemplo). De acordo com Menezes (2023, p. 2):

Entre os pobres, o desemprego pode inviabilizar o acesso a bens e serviços básicos, sobretudo quando a proteção pública falha em amortecer os impactos socioeconômicos das demissões e do desemprego duradouro. Não à toa, os estudos sociológicos sobre o desemprego costumam focar nas classes populares, que são especialmente vulneráveis às flutuações do mercado de trabalho e à deterioração das condições de vida.

Uma saída que as pessoas encontram para escapar do desemprego é se submeter a relações de trabalho cada vez mais instáveis, individualizadas, invisibilizadas e sem a proteção da CLT, como ocorre na “uberização”. Um estudo do IBGE (2022) aponta que 61,3% dos trabalhadores plataformizados têm ensino médio completo ou superior incompleto.

Antunes; Braga (2009) apontam que o processo de uberização, ao formar o que classificam de Infoproletários, promove a degradação real do trabalho virtual que, em grande medida, viabilizada pelas modernas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), são alavancadas pela expansão de diversos aplicativos que ajudam no desenvolvimento de novos ciberproletários (Antunes e Braga, 2009).

Nesse bojo, como bem esboçado por Antunes (2018), a era digital faz emergir o novo proletariado que com a aprovação da reforma trabalhista do Governo Michel Temer teve grande responsabilidade na devastação dos direitos trabalhistas em nosso país. Aos que vivem do trabalho restou poucas alternativas de sobrevivência, tal como o privilégio da servidão a exploração capitalista.

São tempos de desproteção social e trabalhista. No que tange a esse último, os ataques a CLT configuram uma devastação quase irreparável se considerarmos a atual correlação de forças estabelecidas no cenário político brasileiro e mundial. Considerando esses apontamentos Antunes (2018, p. 118) reflete que:

O capitalismo contemporâneo vem trazendo profundas alterações na composição da classe trabalhadora em escala global. Ao mesmo tempo em que o proletariado industrial se reduz em várias partes do mundo, particularmente nos países de capitalismo avançado, em decorrência há uma significativa expansão de novos contingentes de trabalhadores e trabalhadoras nos setores de serviços, bem como na agroindústria e na indústria, especialmente em países no Sul do mundo: Índia, China (e várias outras nações asiáticas), Brasil, México, dentre tantos exemplos que poderiam ser mencionados.

Tendo em vista as circunstâncias sinopticamente apresentadas no que tange as mudanças no mundo do trabalho em meio a crise do regime de acumulação capitalista, como problematizar o sentido da formação universitária? Na seção seguinte desse artigo,

procuraremos, a partir dos dados obtidos na pesquisa empírica, delinear algumas notas explicativas acerca desse processo.

O sentido da formação acadêmica em tempos de desemprego estrutural

Após a adoção dos critérios que visavam delimitar a amostra, chegamos a um total de 13 (treze) discentes aptos a participarem da pesquisa empírica. No entanto, só foi possível a realização da coleta de dados com 10 acadêmicos que foram identificados de forma simples por números romanos onde de I a V representam os que não receberam alguma modalidade de bolsa acadêmica e de VI a X os que receberam alguma modalidade de bolsa¹.

Inicialmente pautamos a questão da renda. Segundo a Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES (2019), 70,2% dos estudantes das universidades federais brasileiras têm renda mensal familiar *per capita* de até 1 salário mínimo e apenas 4,6% dos acadêmicos tem renda *per capita* superior a 5 salários mínimos.

Embora não exista uma pesquisa nacional que apresente dados referentes aos estudantes de universidades estaduais, podemos inferir que não deve haver uma diferença substantivas em relação aos acadêmicos da rede estadual. O Quadro 01, de maneira resumida, apresenta uma tendência parecida referentes aos dados da pesquisa supracitada:

Quadro 01: Renda per capita dos estudantes do curso de licenciatura plena em pedagogia da UEPA participantes da pesquisa empírica

Discente	Renda informada
I	Um salário mínimo
II	Dois salários mínimos
III	Dois salários mínimos
IV	Dois salários mínimos
V	Menos que um salário mínimo
VI	Um salário mínimo
VII	Um salário mínimo
VIII	Menos que um salário mínimo
IX	Menos que um salário mínimo
X	Dois salários mínimos

Fonte: pesquisa de campo 2025.

O baixo poder aquisitivo dos estudantes impacta na qualidade de vida desses, bem como no seu desempenho educacional. Acessar a educação superior é algo distinto de permanecer com qualidade. A baixa renda é um fator que colabora para potencializar as dificuldades que os acadêmicos enfrentam em seu percurso de formação.

O sentido da formação universitária em tempos de desemprego estrutural em um curso de licenciatura.

A continuidade dos estudos é afetada pelas precárias condições objetivas de existência e que conjugada com as questões do transporte público, recursos para a aquisição de material pedagógico (como livros etc.), alimentação (ainda que a UEPA disponha de Restaurante Universitário), são alguns dos empecilhos que dificultam a permanência com sucesso na universidade.

Não obstante, em concorrência com a questão da renda per capita, um fator que pode ser cruzado em relação a essa informação é concernente ao aspecto da opção de curso. Dentre os alunos participantes da pesquisa empírica, a pedagogia era a primeira opção apenas de um entrevistado, tal como apresentamos no Quadro 02:

Quadro 02: Primeira opção de curso de graduação

Discente	Primeira opção de curso de graduação
I	Direito
II	Engenharia
III	Letras
IV	Direito
V	Odontologia
VI	Medicina
VII	Direito
VIII	Psicologia
IX	Enfermagem
X	Pedagogia

Fonte: pesquisa de campo 2025.

Como se verifica cursar uma licenciatura foi a primeira opção de apenas dois dos entrevistados e somente o informante X manifestou que sua preferência de curso de graduação seria a pedagogia, enquanto o informante III informou que seria a licenciatura em Letras. Os demais apontaram como primeira opção outros cursos de bacharelado.

Podemos inicialmente inferir que a primeira opção não era um curso de licenciatura para a maioria. Nos relatos observados durante o Grupo Focal encontramos algumas questões que servem de ponto de reflexão: “ganha mal e adoecer muito” (discente II); “Trabalha muito e ganha pouco” (discente IV); “Desvalorização da carreira” (discente V); “Sofre muito” (discente VIII) foram algumas das respostas obtidas para justificar a docência como segunda opção. Nessa linha, faz sentido a advertência que Nóvoa (2017, p. 1131) nos apresenta sobre a importância da formação da profissionalidade docente:

Não pode haver boa formação de professores se a profissão estiver fragilizada, enfraquecida. Mas também não pode haver uma profissão forte se a formação de professores for desvalorizada e reduzida apenas ao domínio das disciplinas a ensinar

ou das técnicas pedagógicas. A formação de professores depende da profissão docente. E vice-versa.

Melo e Moura (2024), ao investigarem a saída da carreira docente na educação básica, após uma densa revisão de literatura sobre o tema, identificam que os principais motivos que podem levar o professor a sair da carreira são concernentes a baixa remuneração e a falta de infraestrutura das escolas.

Considerando as informações dos depoimentos coletados juntos aos discentes participantes da pesquisa empírica referente a esse artigo, os fatores relativos a baixa remuneração e a infraestrutura acabam servindo de justificativa para não investir na carreira docente. Qual o sentido de investir numa formação cuja possibilidade de empregabilidade é cada vez mais escassa? Nessa linha, concordamos com Nóvoa (2017) quando alerta que é preciso pensar a formação de professores tendo em vista construir a profissionalidade docente, considerando os aspectos técnico, científico e pedagógico.

Outro aspecto abordado, particularmente observado durante o Grupo Focal é referente ao grau de importância de determinadas dimensões da vida. Foi solicitado aos participantes a identificação, por ordem de prioridade, dos aspectos que eles consideravam mais importante em suas vidas, tal como apresentamos no Quadro 03:

Quadro 03: Aspectos mais importantes da sua vida por ordem de prioridade

Discente	Respostas
I	Deus, família, religião, academia, dançar
II	Família, religião, saúde, moradia, lazer
III	Deus, saúde, trabalho, religião, família
IV	Família, saúde, Deus, trabalho, academia
V	Trabalho, saúde, lazer, família, leitura
VI	Deus, família, saúde, relacionamento, bem estar
VII	Trabalho, família, religião, esportes, paz interior
VIII	Amar, família, Deus, emprego, academia
IX	Família, religião, humildade, gratidão, esperança
X	Educação, paz de espírito, leitura, estudos, humildade.

Fonte: pesquisa de campo (2025).

Primeiramente identificamos que família (seis vezes), Deus e religião (ambos cinco vezes) foram os mais mencionados. Academia (hábito de fazer exercícios) também foi bastante citado (três vezes). Apenas o informante X mencionou algo que possa ser relativo à

O sentido da formação universitária em tempos de desemprego estrutural em um curso de licenciatura.

sua formação universitária (educação e estudos) dentre as dimensões mais importantes de sua vida.

Ainda que considerando a importância dos demais aspectos citados pelos depoentes da pesquisa empírica, reside a preocupação em não ser mencionada a formação profissional universitária pela maioria dos entrevistados. Estamos nos referindo a algo que ocupa sua vida por pelo menos 4 anos.

Giroux (2010), ao problematizar “Educação Superior, para quê?”, primeiramente admite que há um consenso no meio acadêmico que entende o ensino superior está em estado de crise. Assim, estamos em consonância com a observação que Giroux (2010, p. 26) faz ao escrever que:

A crise mundial no ensino superior tem consequências políticas, sociais, éticas e espirituais fundamentais. Em uma época em que a cultura de mercado *coloniza* agressivamente o cotidiano e em que as formas sociais, cada vez mais, perdem sua forma ou desaparecem por completo, o Ensino Superior parece representar uma reconfortante permanência, como um marco de lentas mudanças, em meio a uma paisagem de rápida dissolução das esferas públicas críticas.

Entendemos (não como panaceia) que a educação superior possa representar uma “reconfortante permanência” (Giroux, 2010) diante das consequências políticas, sociais, éticas e espirituais de sua crise. Nesse sentido, para além da cultura de mercado que agressivamente coloniza nossos cotidianos, podemos problematizar a importância do sentido e do significado da formação universitária em nossos tempos? O Quadro 04 apresenta informações sinópticas coletadas junto aos participantes da pesquisa empírica:

Quadro 04: importância da universidade na vida dos universitários

Discente	Respostas
I	Na verdade, sabe aquela força do ódio? Eu só quero mesmo pegar meu diploma (risos). Mas isso não significa que eu não goste. É que as coisas estão muito difíceis e não vejo que estudar será a saída pra eu mudar de vida.
II	Aqui virou uma relação de amor e ódio. Mas de ódio do que de amor. O problema é estudar muito e não ter emprego no futuro.
III	Mas um semestre e já era a minha saúde mental. Porque não vejo muito sentido em tá aqui.
IV	Era um sonho, mas hoje a realidade me fez ter outra percepção. Não é um pesadelo, mas também não é algo que eu sentiria falta caso não terminasse o curso.
V	Diria que não é muito importante. Vejo muita gente já graduada e pós-graduada que não trabalha na área. Isso desmotiva.
VI	Não é a coisa mais importante. Mas levo a sério minha formação. A dedicação de hoje vai me ajudar a entrar no mercado de trabalho e entrar na pós-graduação.
VII	Eu queria ser concursado. E já sou. Não como professor. E concurso pra professor é raro. E isso não me anima a investir na carreira.

VIII	Eu não queria ser professor. Mas foi pra onde deu pra passar. Não me identifiquei com a docência e não pretendo continuar, porque a oferta de emprego na área é ruim hoje em dia.
IX	Sem a universidade não me vejo melhorar de vida. Por isso sigo focado em minha formação..
X	Eu tenho interesse em seguir na carreira docente. Então procuro me dedicar a minha formação e já penso na pós-graduação.

Fonte: pesquisa de campo (2025).

Ainda que estejamos vivenciando uma nova face da educação superior no Brasil (Silva Júnior e Sguissardi, 2001) – que fez emergir um modelo de universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva (Sguissardi, 2004) – em tempos de configuração de uma nova morfologia do trabalho (Antunes, 2014), que condena o conjunto da classe trabalhadora a vivenciar o desemprego ou se sujeitar a um trabalho cada vez mais precarizado (Antunes, 2018), Quais possibilidades podemos vislumbrar para formação universitária?

Nesse bojo, os relatos coletados juntos aos participantes da pesquisa empírica indicam um cenário que apontam um quadro preocupante. Apenas três depoentes assinalaram aspectos positivos referente a importância da formação universitária em suas vidas (discentes VI, IX, X). Nesse sentido, entre os entrevistados que não receberam nenhum tipo de bolsa não percebemos a manifestação de explícito interesse com sua formação acadêmica. Por outro lado, os acadêmicos que assinalaram a importância da formação universitária em suas vidas estão inseridos no grupo de entrevistados que receberam alguma modalidade de bolsa estudantil. O incentivo acadêmico da bolsa, portanto, tem um impacto muito positivo na vida desses estudantes.

Por outro lado, observamos que não é papel da universidade garantir a empregabilidade. A empregabilidade, aliás, é resultado de múltiplas questões externas. Cabe a universidade, institucionalmente falando, garantir a oportunidade de uma sólida formação científica, humana e profissional. Mas quando a empregabilidade, particularmente referente a área em que se dá a formação profissional, fica cada vez mais rara, aliada a parca oferta de empregos com condições de trabalho e remuneração satisfatória, isso acaba impactando na percepção que o universitário tem sobre o papel da universidade em sua vida.

Mas também não se pode ignorar o processo internacional que promove a degradação real da proteção trabalhista e que implicou em terceirizações e flexibilizações nas relações de trabalho. A precarização das condições de trabalho e o aviltamento salarial é um projeto mundial da classe dominante economicamente.

Trata-se de um verdadeiro conluio internacional contra os direitos trabalhistas, uma vez que segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho) , ao apontar a questão do desemprego no mundo, atesta que 110 países (entre 2008 e 2014) realizaram reformas legislativas laborais (OIT, 2017) em sintonia com a ganância inescrupulosa e sem limites dos setores mais endinheirados do mundo.

Ademais, a juventude universitária também testemunha a assunção da pejetização. Segundo Gemelli, Closs e Fraga (2020), em tempos de capitalismo flexível a pejetização é concernente a um modelo em que o trabalhador realiza atividades laborais praticamente desprotegido das leis trabalhistas. Nesse sentido:

[...] a pejetização é uma forma de terceirização em que o/a trabalhador/a, pessoa física, presta o serviço em uma empresa através da constituição de uma pessoa jurídica, utilizando um contrato de prestação de serviços de natureza civil, sem a incidência de qualquer direito trabalhista. Trata-se se de uma modalidade de externalização das atividades na qual, para que haja a contratação ou a manutenção do posto de trabalho, a empresa contratante exige do/a trabalhador/a, pessoa física, que este/a constitua uma pessoa jurídica. (Gemelli, Closs e Fraga, 2020, p. 420)

Essa questão apareceu no Grupo Focal, quando os depoentes I, II, III, IV, V, VII, VIII revelaram o desejo de serem empreendedores, acreditando que essa é uma tendência mais segura de trabalhar e ser melhor remunerado depois de formado. Os demais depoentes (VI, IX e X) embora não indicassem a possibilidade de empreender em alguma coisa de imediato, mas consideram essa possibilidade para um momento futuro, mas por hora iriam se dedicar mais intensamente à formação universitária.

De um modo geral, os acadêmicos que manifestaram interesse em dar continuidade aos seus estudos (pelo menos em nível de pós-graduação lato ou stricto sensu) foram os que estavam envolvidos com bolsas estudantis, algo que em grande medida contribui para vislumbrarem a continuidade da formação universitária visando a inserção na carreira docente.

Assim, consideramos oportuno destacar que os acadêmicos que não manifestaram interesse em investir na carreira docente não estão vinculados a programas de bolsas acadêmicas. Por outro lado, os acadêmicos que estão inseridos na vivência de alguma modalidade de bolsa (exceto os discentes VII e VIII) demonstraram interesse na continuidade da formação, bem como prosseguir na carreira docente.

Conforme estudos de Wagner; Carlesso (2019) vem crescendo significativamente o número de professores que abandonam a carreira no Brasil. Alguns dos fatores que levam a esse abandono têm relação com a falta de valorização do professor, as condições precárias

de trabalho e os baixos salários (Wagner; Carlesso, 2019). Ao que tudo indica esse abandono inicia um pouco mais cedo, confirmado no Grupo focal: “Eu entrei não muito animado. Hoje praticamente não tenho mais” (Discente I); “Saí frustrado, sim” (Discente III); “Foi bom pela experiência, mas irei mudar de ramo” (Discente IV).

De um modo geral, entendemos que as mudanças que estão em curso no mundo do trabalho mantêm uma tensa e contraditória relação com a formação acadêmica e os sentidos que os estudantes a ela conferem. Se outrora, a formação acadêmica amentava as possibilidades de empregabilidade, atualmente, em razão das metamorfoses que o trabalho vem sofrendo no mundo capitalista, essa relação perde sentido e significado na vida dos acadêmicos. As mudanças em andamento não indicam que esse cenário irá se alterar favoravelmente, pois o desemprego crônico tem se especializado em abrir postos de trabalho cada vez mais precarizados e salário aviltados. Esse cenário acaba frustrando expectativas. Precisamos encontrar respostas e apontar caminhos.

Considerações finais

Essa pesquisa objetivou analisar como alunos e alunas de licenciatura interpretam o sentido da formação universitária em um contexto de desemprego estrutural. Nesse bojo, podemos salientar que nas últimas décadas tem diminuído a procura por cursos de licenciatura e que fatores como baixos salários e desvalorização da carreira e a crescente percepção de falta de oportunidades na área não encorajam os discentes a investirem na continuidade da formação.

Esse cenário é avultado pela crise estrutural das economias capitalistas que passa por um intenso processo de mudanças profundas sob toda multiplicidade de fatores que o produzem. Trata-se de uma crise duradoura e cujos efeitos reverberam no sentido da formação escolar (educação básica e superior, especialmente). No que tange especificamente os cursos de licenciaturas, o cenário não aponta para algo promissor. Se as políticas públicas educacionais não engendrarem rigorosos mecanismos de valorização da carreira docente (o que passa por melhores condições de trabalho e salários compatíveis com o exercício profissional) dificilmente ser professor se tornará uma profissão atrativa.

Nesse sentido, no que tange ao emprego da metodologia utilizada para realização da investigação aqui apresentada, acreditamos que o objetivo foi alcançado, bem como as

O sentido da formação universitária em tempos de desemprego estrutural em um curso de licenciatura. referências utilizadas foram fundamentais para a interpretação dos dados coletados via entrevista semiestruturada e Grupo Focal.

Mas também é válido considerar que o recorte amostral estabelecido impõe limites à pesquisa e aos seus objetivos delineados, o que enseja a realização de novas pesquisas que possam de forma percuciente abordar outros aspectos, categorias e cruzamento de informações a partir de um universo mais abrangente.

Referências

ANTUNES, Ricardo & BRAGA, Ruy (orgs). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. A crise, o desemprego e alguns desafios atuais. **Serviço Social & Sociedade**, n. 104, p. 632–636, out. 2010.

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990. **Sociologia**, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXVII, 2014.

ANTUNES, Ricardo. **Capitalismo pandêmico**. São Paulo: Boitempo, 2022.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018. 325 p.

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior - Las lecciones derivadas de la experiencia**. Washigngton, 1995.

BRASIL. **Lei n.º 11.738**, de 16 de julho de 2008. Estabelece o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm. Acesso em: 13 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510**, de 07 de abril de 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2023**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2024.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). **Diário Oficial da União**, Brasília, 2017.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda; ARAÚJO, Juliana Bacelar de; MIOTO, Beatriz Tamaso. Precarização do trabalho e nova informalidade no urbano: permanências e transformações. **Cadernos MetrÓpole**, v. 26, n. 59, p. 9–17, jan. 2024.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: Escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

GRABOWSKI, Gabriel. **Apagão ou destruição da docência no Brasil**. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/618265-apagao-ou-destruicao-da-docencia-no-brasil-artigo-de-gabriel-grabowski>, 2022. Acesso em: 19 jun. 2025.

GAMBOA, Silvio Sánchez; SANTOS FILHO, José Camillo dos. **Pesquisa educacional**: quantidade/qualidade. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

GEMELLI, Catia Eli; CLOSS, Lisiane Quadrado; FRAGA, Aline Mendonça. Multiformidade e pejetização: (re)configurações do trabalho docente no ensino superior privado sob o capitalismo flexível. **REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)**, v. 26, n. 2, p. 409–438, maio 2020.

GIROUX, Henry. Ensino superior, para quê? **Educar em Revista**, n. 37, p. 25–38, maio 2010.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua [PNAD Contínua]. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Teletrabalho e trabalho por meio de plataformas digitais, 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LÜCKMANN, Luiz Carlos. **Pressupostos da modernidade e a universidade brasileira**: um novo marco conceitual para a Universidade do Oeste de Santa Catarina. Joaçaba: Ed. Unoesc, 2007.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 30, n. 106, p. 15–35, jan. 2009.

MELO, José Rodrigo Silva de; MOURA, Diego Luz. A saída da carreira docente na educação básica: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Educação**, v. 29, p. e290073, 2024.

MENEZES, Vitor. Desemprego, família e reprodução social entre profissionais com formação superior. **Sociedade e Estado**, v. 38, n. 3, p. e47641, 2023.

NÓVOA, António. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 166, p. 1106–1133, out. 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Relatório de Tendências Mundiais e Desemprego**, 2017.

POCHMANN, Márcio. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 1, p. 89–99, jan. 2020.

SGUISSARDI, Valdemar. **A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva**. In: MANCIBO, Deise; FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. (Org.). Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente. São Paulo: Cortez Editora, 2004. p. 33-52.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação & Sociedade**, [S.l.], v. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/9QPgTZg9NZdCt7vVwBCCyqj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 jun. 2020.

Um em cada 10 formados no ensino superior ocupa vaga equivalente a capacitação, diz pesquisa, 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/um-em-cada-10-formados-no-ensino-superior-ocupa-vaga-equivalente-a-capacitacao-diz-pesquisa/>. Acesso em: 19 jun. 2025.

V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES - 2018. Brasília (DF): ANDIFES, 2019.

Nota

¹ De acordo com a Resolução 510/2016 (Brasil/Ministério da Saúde), que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, no que se refere aos procedimentos metodológicos que “[...] , envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis” informa que: “Não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP: I - pesquisa de opinião pública com participantes não identificados; [...] V - pesquisa com bancos de dados, cujas informações são agregadas, sem possibilidade de identificação individual; [...] VII - pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito”.

Sobre os autores

Raimundo Sérgio de Farias Junior

Doutor em Educação/UFPA, PPGCR/PPGED/UEPA). E-mail: raimundo.junior@uepa.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5116-0360>

Maria Darlene Trindade Corrêa

Mestra e Doutoranda em Comunicação Linguagens e Cultura- UNAMA/PA. Professora do DEPARTAMENTO EDUCAÇÃO GERAL(DEDG). E-mail: darlene.correa@uepa.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7361-3903>.

Leonardo Gonçalves de Alvarenga

Doutor em Ciência da Religião (PUC-SP/EHESS). Professor no DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS (DFCS). E-mail: leonardo.gd.alvarenga@uepa.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5249-766X>.

Recebido em: 01/07/2025

Aceito para publicação em: 28/07/2025